

Outubro de 2009

Informações demográficas e socioeconômicas do Rio Grande do Sul

Resumo

Segundo uma análise geral dos indicadores gaúchos de 2008 é possível ver que o RS está muito bem em questões como educação, renda, combate à mortalidade infantil e esperança de vida. O acesso ao ensino fundamental e o combate à mortalidade infantil são taxas em que o RS alcança o primeiro lugar no ranking nacional. O estado também apresenta uma baixa taxa de natalidade infantil e alta esperança de vida, contexto que indica boas condições socioeconômicas da população. Por outro lado, esse estado está entre as piores taxas do país no que concerne ao acesso ao ensino infantil (2º mais baixo do país). O saneamento básico também é outro problema sério a ser enfrentado. No RS, 35,5% dos domicílios ainda não possuem esgotamento sanitário e apenas 57% possui acesso simultâneo a saneamento e eletricidade.

Introdução

As informações abaixo foram retiradas da Síntese de Indicadores Sociais 2009 do IBGE, que tem como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008. Este estudo busca apresentar e analisar indicadores do estado do Rio Grande do Sul em comparação aos nacionais, como forma de se observar o *status quo* das questões demográficas e socioeconômicas da região em relação ao restante do país.

Educação

Segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais - 2009 - do IBGE, a taxa de frequência escolar das crianças e dos jovens mostra que, em alguns aspectos, o Brasil alcançou grande avanço. Graças às políticas de universalização da educação voltadas para o acesso e a permanência das crianças e dos jovens na escola está havendo quase um acesso total da população de 7 a 14 anos ao ensino básico e fundamental.

A tabela 1 mostra que 98% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos estão na escola. O mesmo não acontece com a faixa etária de 15 a 17 anos (84%). O acesso ao ensino superior parece ser mais limitado ainda. Apenas 30% da população de 18 a 24 anos está estudando, sendo que muitos desses jovens ainda frequentam o ensino médio.

O Rio Grande do Sul alcançou um êxito ainda maior no ensino básico e fundamental, com 99% de sua população de 7 a 14 anos na escola. Em comparação aos outros estados, trata-se do maior índice do país (Gráfico 1).

No entanto, possui uma porcentagem um pouco menor que a média nacional de jovens de 15 a 17 anos na escola (83%). **O RS também aparece bem atrás quanto ao ensino infantil, tendo apenas 61% de suas crianças de 4 a 6 anos na escola. Trata-se do penúltimo pior índice do país**, caso em que o RS só não perde para Rondônia (o pior índice do país – 56,8%). Em nível nacional, 80% das crianças dessa faixa etária estão freqüentando estabelecimento de ensino. Os melhores percentuais são do Nordeste. O Ceará é o estado com a maior freqüência de crianças de 4 a 6 anos na escola (91,4%).

Na tabela 2 consta exatamente o percentual da população de 7 a 17 anos por nível de ensino. Vemos que o acesso ao ensino fundamental está realmente avançando no país, com 95% da população brasileira dessa faixa etária estudando. Devido à precarização da rede estadual, o ensino médio não apresenta o mesmo avanço. Apenas 50% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentam esse nível escolar. Esse percentual é um pouco maior no Rio Grande do Sul, onde 52% dos jovens estão no nível médio.

A tabela 3 mostra que, no geral, a população do Rio Grande do Sul tem mais anos de estudo que a média brasileira, sendo que a maioria possui de 4 a 7 anos de estudo (34%). Em nível nacional, apenas 25% da população possui essa quantidade de anos de estudo. Além disso, apenas 7% da população gaúcha maior de 25 anos não têm instrução. **O RS e o DF são as unidades da federação com o menor índice de pessoas sem instrução do país (ambos com 7%)**. Em nível nacional, esse percentual dobra, com 14% da população sem estudos. O estado com o pior percentual é Alagoas, com 31% da sua população maior de 25 anos sem instrução.

Gráfico 1 – Porcentual de freqüência da população de 7 a 14 anos na escola

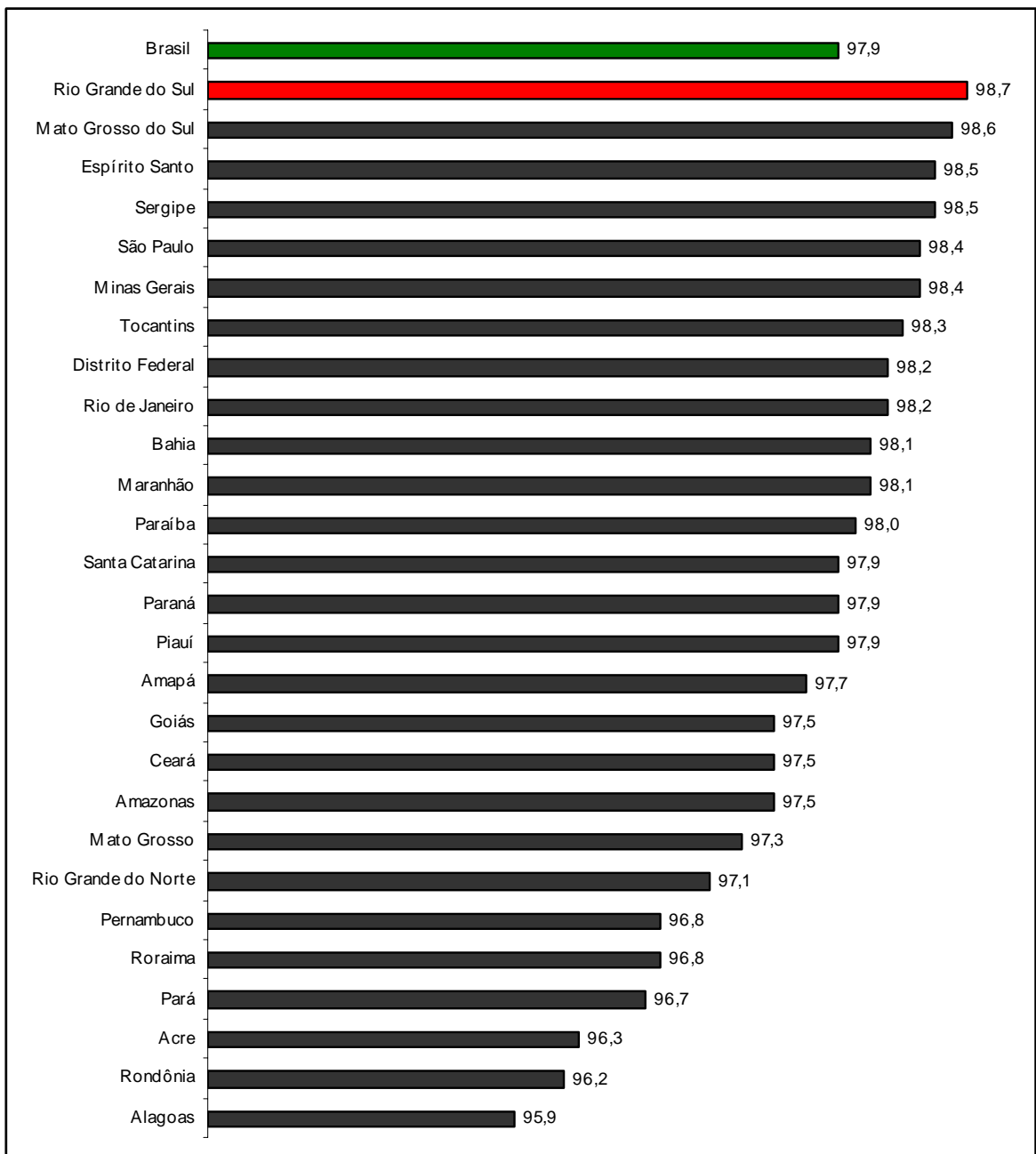


Tabela 1

	Taxa de frequência da população a estabelecimento de ensino (%) - 2008							
	Total	Grupos de idade						
		0 a 6 anos			7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos				
Brasil	30,2	45,8	18,1	79,8	97,9	84,1	30,5	5,3
Rio Grande do Sul	26,5	38,7	20,2	61,0	98,7	82,9	30,4	4,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 2

	Percentagem de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população de 7 a 17 anos de idade por nível de ensino	
	7 a 14 anos - Ensino Fundamental	15 a 17 anos - Ensino Médio
	Brasil	94,9
Rio Grande do Sul	95,7	52,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 3

	Pessoas de 25 anos ou mais de idade								
	Total	Distribuição percentual por anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	109.466.891	13,7	11,8	24,7	9,4	4,5	21,5	4,4	9,5
Rio Grande do Sul	6.717.966	7,0	11,0	33,8	10,2	4,6	18,4	4,8	10,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Domicílios e tipos de moradia

A análise do número médio de pessoas por domicílio urbano e rural mostra que o Rio Grande do Sul praticamente acompanha a média nacional de pessoas vivendo na mesma casa, tanto na zona urbana, quanto na rural. Enquanto em nível nacional existe uma média de 3,2 pessoas por domicílio urbano, no Rio Grande do Sul essa média é ligeiramente menor, com 2,9 pessoas. As médias por dormitório também apresentam a mesma proximidade.

Quanto ao tipo de moradia vemos que tanto em nível nacional quanto no Rio Grande do Sul a maioria da população vive em casas. No entanto, os percentuais mostram que, no RS, existe uma maior tendência em se morar em apartamentos (17% da pop.) e uma menor tendência em se morar em casas (83%), pois, em nível nacional, 12% da população mora em apartamentos e 87% mora em casas.

No RS também existe um maior percentual de proprietários de terrenos (74%) do que em nível nacional (71%).

Tabela 4

	Número médio de pessoas, por situação do domicílio					
	Por domicílio			Por dormitório		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Brasil	3,3	3,2	3,6	1,7	1,7	1,9
Rio Grande do Sul	3,0	2,9	3,1	1,6	1,6	1,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 5

	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual (%)			Propriedade do terreno
		Tipo de domicílio			
		Casa	Apartamento	Cômodo	
Brasil	48 905	87,3	12,3	0,3	70,6
Rio Grande do Sul	2 995	82,9	17,0	0,1	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Casa própria

Ao analisar o percentual de imóveis próprios no Brasil vemos que o Rio Grande do Sul é o sétimo estado da federação com maior índice de domicílios urbanos próprios. O pior índice de imóveis próprios fica para o Distrito Federal (62%), que possui o maior índice de imóveis alugados do país (29%).

Tabela 6

	País/UF	% de Domicílios urbanos por condições de ocupação			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
	Brasil	74,1	19,0	6,4	0,5
1	Amapá	85,8	10,8	3,4	0,0
2	Amazonas	82,6	11,1	6,2	0,1
3	Acre	82,1	12,8	5,1	0,0
4	Maranhão	81,3	13,8	4,6	0,2
5	Piauí	81,1	11,7	6,9	0,3
6	Pará	79,5	13,7	6,3	0,5
7	Rio Grande do Sul	79,2	15,2	5,1	0,5

Serviço de coleta de lixo em domicílios urbanos

Segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais 2009, 89% dos domicílios brasileiros localizados na área urbana são beneficiados com a coleta realizada por empresa pública ou privada (coleta direta), contra 8,8% cujo lixo foi depositado em caçamba, tanque ou

depósito para depois ser removido (coleta indireta). E em apenas 1,9% do total, o lixo foi queimado ou enterrado na propriedade ou ainda jogado em terreno baldio, rua, rio ou mar.

O Rio Grande do Sul se encontra um pouco mais avançado nesta questão, com 92% de seus domicílios com coleta direta de lixo e 7% com coleta indireta. O estado figura em 10º lugar no ranking estadual de domicílios com coleta de lixo direta de lixo. Tocantins é o primeiro, com 98% de seus domicílios beneficiados por esse tipo de serviço (ver ranking estadual na Tabela C – anexo).

Tabela 7

	Percentual por existência de serviço de coleta de lixo		
	Com serviço (%)		Sem serviço (1)
	Coletado diretamente	Coletado indiretamente	
Brasil	89,4	8,8	1,9
Rio Grande do Sul	92,2	7,3	0,5

(1) Inclusive queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica

O IBGE utilizou um indicador da Comissão das Comunidades Européias – EUROSTAT, que propõe avaliar os efeitos da ausência de serviços de saneamento e eletricidade, mundialmente considerados essenciais para a saúde das crianças. Esse tipo de indicador tem o objetivo de complementar a mensuração das desigualdades socioeconômicas de um país e é construído a partir da razão entre a proporção de domicílios sem acesso a pelo menos um desses serviços, sobre a proporção de domicílios com acesso a todos os serviços.

Com as informações da PNAD 2008, observou-se que no Brasil, para cada 100 domicílios com acesso a todos os serviços, havia 64 sem serviços. A Tabela 7 mostra que 61% dos domicílios do país têm acesso simultâneo aos serviços de saneamento e eletricidade. **O Rio Grande do Sul se encontra um pouco mais atrasado quanto a este tipo de indicador, com pouco mais da metade de seus municípios com todos esses serviços (57%), o que demonstra uma desigualdade social mais acentuada nesta região.** De qualquer forma, sua classificação não é tão ruim, pois se encontra em 7º lugar no ranking estadual. O primeiro é São Paulo, com 88% de seus domicílios com esses serviços (ver Tabela D – anexo).

Tabela 8

	Distribuição percentual por acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica (%)					
	Com acesso simultâneo	Sem acesso simultâneo	Serviços ausentes			
			Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta direta de lixo	Iluminação elétrica
Brasil	61,0	39,0	20,1	80,8	27,3	0,5
Rio Grande do Sul	56,7	43,3	14,3	81,9	18,0	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Água e Esgoto

O abastecimento de água já está bastante disseminado pelo país. Em 1998, 8,1% dos domicílios não tinham este serviço, reduzindo-se, em 2008, para 6,8%. **Já no Rio Grande Sul, 6% dos domicílios urbanos ainda não possuem qualquer serviço de água.** Quanto ao abastecimento de água canalizada, o RS fica em 10º lugar no ranking estadual, com 94% de seus domicílios com esse tipo de serviço (ver ranking estadual na Tabela A – anexo).

O serviço de esgoto sanitário, ao contrário da água, ainda é um grande problema no Brasil. Dentre os 31,5% de domicílios urbanos sem serviço de esgotamento sanitário, 27% se utilizam de fossa e 4% se utilizam de outras formas de escoadouro (vala, direto para o rio, lago ou mar e outras). **No Rio Grande do Sul, a situação está ainda pior, com 35,5% da população sem esgotamento sanitário – desses, 32% utiliza fossa e 4% outras formas.**

Quanto ao percentual de domicílios com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário, o RS é o 8º estado do país com mais residências beneficiadas – 64,5% (ver ranking estadual na Tabela B – anexo). Quem lidera esse ranking é o estado de São Paulo, com 94% de seus domicílios com serviço de esgoto.

Tabela 9 - Abastecimento de Água

	Total (1 000 domicílios)	Distribuição percentual de domicílios urbanos , por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral (%)		
		Com serviço		Sem serviço (1)
		Com canalização interna	Sem canalização interna	
Brasil	48 905	92,1	1,0	6,8
Rio Grande do Sul	2 995	93,8	0,3	5,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Tabela 10 - Esgotamento Sanitário

	Distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário (%)		
	Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	Sem serviço	
		Fossa (2)	Outras formas (3)
Brasil	68,5	27,2	4,3
Rio Grande do Sul	64,5	31,9	3,6

(1) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial.

(2) Inclusive fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial.

(3) Inclusive as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outras.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Acesso a serviços e bens duráveis

Segundo o IBGE, o acesso simultâneo a serviços públicos de saneamento associado à posse de bens considerados essenciais no cotidiano das pessoas é também uma forma de mensurar as condições de vida e de bem estar da população. Com esse objetivo, a PNAD 2008 coletou informações sobre o percentual dos domicílios urbanos com acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, internet, geladeira, freezer, TV em cores e máquina de lavar.

A partir desta combinação observa-se que, em 2008, somente 22,5% dos domicílios brasileiros contava com acesso simultâneo a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar. **Esse percentual é um pouco mais elevado no Rio Grande do Sul, que possui 26% de seus domicílios com acesso simultâneo a todos esses serviços e está em 6º lugar no ranking estadual** (ver Tabela E – anexo). Quando se inclui o serviço de internet entre esses outros, os percentuais caem mais, mostrando que 20% dos domicílios brasileiros possuem todos esses serviços, contra 23% dos gaúchos.

Essa situação é bastante diferenciada, quando se analisa os resultados referentes às Regiões Norte e Nordeste onde os percentuais nesse indicador são apenas de 8,6% e 8,3%. Principalmente, se comparados ao Sudeste e ao Sul, 29,6% e 28,8%, respectivamente, mais uma vez podem ser constatados os elevados níveis de desigualdade regional.

Tabela 11

	Total Domicílios	Acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos (%)		
		Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Pelo menos um morador com posse de telefone móvel
Brasil	48.905.459	22,5	19,6	80,3
Rio Grande do Sul	299.488	26,3	22,8	88,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

O ranking estadual de acesso a serviços e bens duráveis está em anexo – Tabela E.

Tabela 12

	Proporção, por acesso a alguns serviços (%)			Proporção, por posse de alguns bens duráveis (%)				
	Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	Freezer	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	99,8	50,6	27,5	35,4	95,2	15,6	96,8	46,4
Rio Grande do Sul	99,8	50,4	29,3	39,8	97,5	28,9	97,1	67,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pobreza - Renda das famílias

O acesso a bens e serviços básicos depende quase que, exclusivamente, do nível de rendimento atingido pelas famílias. Portanto, para medir seu nível de bem-estar é preciso conhecer seu rendimento. No Brasil, metade das famílias (49,4%) vivia com rendimento per capita inferior a um salário mínimo (R\$ 465) em 2008.

No Rio Grande do Sul, o rendimento das famílias é superior, já que **37,4%** das famílias viviam com rendimento per capita igual ou inferior a R\$ 465 em 2008. Neste estado, **3,3%** de suas famílias podem ser consideradas em extrema pobreza e **13,5%** em estado de pobreza. O ranking estadual de percentual de famílias em estado de pobreza mostra que o RS está em uma posição muito boa no país, pois se encontra entre os cinco estados com menos pobreza, e perde apenas para Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal (Ver Tabela F – anexo).

A Tabela 11 também mostra que, no geral, 74% das famílias brasileiras viviam com rendimento per capita até dois salários mínimos. No RS esse percentual cai para 69% das famílias, mostrando que essa região possui um rendimento mediano superior a outras regiões do país.

Tabela 13

	Total (1 000 arranjos)	Percentual de famílias segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	60 934	7,4	15,2	26,8	24,9
Rio Grande do Sul	3 816	3,3	10,2	23,9	31,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Renda por pessoa

No Brasil, 56% das pessoas viviam com uma renda igual ou inferior a um salário mínimo em 2008. No Rio Grande do Sul, havia 13% a menos de pessoas nessa faixa de renda (43%).

De acordo com a pesquisa, 28,7% dos brasileiros viviam em situação de pobreza, com uma renda per capita de até meio salário mínimo. **No RS esse percentual cai para 18%, índice que coloca este estado em 5º lugar no país.** O estado com o maior percentual de pessoas vivendo na pobreza é Alagoas, com 57% da população vivendo com rendimento mensal familiar per capita de até meio salário mínimo (Ver Tabela G – anexo).

Tabela 14

	Total (1 000 pessoas)	Percentual de pessoas segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	189 408	10,3	18,4	27,1	22,7
Rio Grande do Sul	10 822	4,8	13,1	25,5	30,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pobreza entre crianças e jovens (de 0 a 17 anos)

De acordo com a pesquisa, a maioria das crianças e adolescentes de até 17 anos vivia, em 2008, em situação de pobreza (44,7% do total) ou extrema pobreza (18,5%).

No Rio Grande do Sul, 31,3 % das crianças e dos adolescentes viviam em situação de pobreza e 9,6% viviam em extrema pobreza.

Tabela 15

	Total de pessoas de 0 a 17 anos	Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)						
		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	De 2 a 3	De 3 a 5	Mais de 5
Brasil	57.170,418	18,5	26,2	26,9	15,2	4,1	2,8	1,7
Rio Grande do Sul	2.917.555	9,6	21,7	30,4	22,7	6,1	3,6	2,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Pessoas vivendo sozinhas – famílias unipessoais

No Brasil, 11,6% das famílias são, atualmente, unipessoais. No Rio Grande do Sul existe um percentual um pouco maior de pessoas vivendo sozinhas – 14,4% (cerca de 550.000 famílias unipessoais e 2º maior percentual do país). Assim como em nível nacional, os dados mostram que a maioria das pessoas vivendo sozinhas é do sexo feminino (52%) (Ver ranking estadual em anexo – Tabela H).

Está crescendo no Brasil a quantidade de famílias constituídas por apenas uma pessoa, um contexto não muito comum há algumas décadas. Essa mudança é resultado de um conjunto de fatores como o aumento da expectativa de vida --principalmente para mulheres--, maior número de separações conjugais, avanço no processo de urbanização, que proporcionam alternativas mais propícias a este tipo de arranjo familiar.

A pesquisa também indica que grande parte das unipessoais estão sendo constituídas por mulheres, padrão que indica sua entrada mais expressiva no mercado de trabalho e maior independência emocional e financeira.

As famílias compostas por apenas uma pessoa são mais representativas no Rio de Janeiro (14,5%), no Rio Grande do Sul (14,4%) e em Goiás (13,2%).

Tabela 16

	Total (1 000 famílias)	Famílias Unipessoais		
		% Famílias Unipessoais	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
			% Homens	% Mulheres
Brasil	60.934	11,6%	49,1	50,9
Rio Grande do Sul	3.816	14,4%	47,9	52,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Raça

Na questão racial, o Rio Grande do Sul é muito diferente do restante do país. Devido à concentração de imigrantes europeus no sul do país, o RS tem 81% de sua população constituída por pessoas brancas, enquanto no Brasil 48% são brancos. A população parda também é significativamente mais reduzida no RS, sendo 30% inferior ao percentual nacional.

Tabela 17

	Distribuição percentual da população por cor ou raça (%)			
	Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Brasil	48,4	6,8	43,8	0,9
Rio Grande do Sul	80,8	4,9	13,8	0,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Demografia

O percentual de homens e mulheres no Rio Grande do Sul é muito próximo ao percentual nacional, sem diferenças significativas.

Tabela 18

	População residente por sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	189.952.795	92.432.557 (48,7%)	97.520.238 (51,3%)
Rio Grande do Sul	1.086.016	5.275.737 (48,6%)	5.584.423 (51,4%)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM).

Taxa de mortalidade infantil

Segundo os dados do IBGE, **o Rio Grande do Sul tem a menor Taxa de Mortalidade Infantil do país – 13,1 por mil nascidos vivos**. A maior taxa fica com Alagoas, com 48 mortes a cada mil nascidos vivos.

Taxa bruta de natalidade

O **Rio Grande do Sul também possui a menor taxa de natalidade do país, com 12 nascidos vivos a cada mil habitantes**. A taxa bruta de natalidade é influenciada pela estrutura da população, quanto à idade e ao sexo.

A maior taxa de natalidade fica com Roraima, com 29 nascidos vivos por mil habitantes (Ver Tabela I – anexo). Em geral, taxas elevadas estão associadas a condições socioeconômicas precárias e a aspectos culturais da população.

Taxa de Fecundidade

Essa taxa expressa o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo.

Nesse caso, o **Rio Grande do Sul está com a 7ª menor taxa de fecundidade do país, com uma média de 1,84 filhos por mulher**. As taxas inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. Essa baixa na taxa de fecundidade está associada à urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher no mercado de trabalho e instabilidade de emprego¹.

Taxa Bruta de Mortalidade

Essa taxa indica o número total de óbitos por 100 mil habitantes. As taxas elevadas estão associadas a baixas condições socioeconômicas ou podem refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total.

Nesse caso, o **Rio Grande do Sul tem a quinta maior taxa bruta de mortalidade do país, com 6,78 mortes a cada 100 mil habitantes**. A maior taxa fica com Pernambuco, com 7,38 mortes/100 mil hab.

Esperança de vida

Esse indicador representa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido. A esperança de vida média dos brasileiros é de 73 anos.

No Rio Grande do Sul, a esperança de vida é maior - 75,3 anos - a terceira maior do país. A análise separada por sexo mostra que, para as mulheres gaúchas, a esperança de vida é de 79 anos, e para os homens, é de 71,6 anos.

Tabela 19

	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer		
					Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,89	16,15	6,22	23,59	73,0	69,3	76,8
Rio Grande do	1,84	12,02	6,78	13,10	75,3	71,6	79,0

¹ REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2008.

Sul							
------------	--	--	--	--	--	--	--

Fontes: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

ANEXO

Tabela A – Ranking estadual de abastecimento de água

	País/UF	Total (1 000 domicílios)	Percentual de domicílios com serviço		Domicílios sem serviço (1)
			Com canalização interna (%)	Sem canalização interna (%)	
	Brasil	48 905	92,1	1,0	6,8
1	São Paulo	12 208	98,9	0,1	0,9
2	Minas Gerais	5 281	98,0	0,5	1,6
3	Distrito Federal	705	97,6	0,3	2,1
4	Espírito Santo	873	97,4	0,7	1,9
5	Paraná	2 892	96,4	0,2	3,4
6	Roraima	96	94,6	2,5	2,9
7	Sergipe	474	94,6	1,1	4,2
8	Bahia	2 975	94,4	1,5	4,1
9	Rio Grande do Norte	656	93,8	1,8	4,4
10	Rio Grande do Sul	2 995	93,8	0,3	5,9
11	Paraíba	869	93,0	0,6	6,4
12	Tocantins	282	92,8	2,7	4,5
13	Mato Grosso do Sul	627	92,6	0,3	7,1
14	Santa Catarina	1 636	92,0	0,2	7,8
15	Pernambuco	1 952	88,8	2,3	8,8
16	Rio de Janeiro	5 076	88,8	0,3	10,9
17	Piauí	555	88,4	4,4	7,1
18	Ceará	1 861	88,1	3,6	8,3
19	Goiás	1 649	87,8	0,6	11,7
20	Alagoas	610	86,0	3,0	10,9
21	Mato Grosso	732	85,8	0,4	13,8
22	Maranhão	1 152	82,2	3,3	14,6
23	Amazonas	643	80,2	2,6	17,3
24	Amapá	161	75,4	0,6	23,9
25	Rondônia	327	53,3	0,7	46,0
26	Acre	152	53,3	12,5	34,2
27	Pará	1 462	51,0	7,2	41,9

Tabela B – Ranking estadual de domicílios com serviço de esgoto

	País/UF	Total (1 000 domicílios)	% Domicílios com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	% Sem serviço	
				Fossa (2)	Outras formas (3)
	Brasil	48 905	68,5	27,2	4,3
1	São Paulo	12 208	94,0	3,4	2,6
2	Distrito Federal	705	90,9	8,8	0,2
3	Minas Gerais	5 281	89,5	7,9	2,6
4	Rio de Janeiro	5 076	84,6	9,3	6,1
5	Espírito Santo	873	75,1	14,2	10,8
6	Paraná	2 892	68,7	29,5	1,8
7	Bahia	2 975	65,2	29,1	5,8
8	Rio Grande do Sul	2 995	64,5	31,9	3,6
9	Santa Catarina	1 636	60,5	35,9	3,5
10	Sergipe	474	57,2	37,5	5,4
11	Pernambuco	1 952	57,0	33,7	9,3
12	Paraíba	869	54,0	39,2	6,8
13	Acre	152	44,8	36,1	19,1
14	Ceará	1 861	42,4	53,1	4,5
15	Goiás	1 649	40,1	58,8	1,1
16	Amazonas	643	32,4	54,0	13,6
17	Mato Grosso	732	32,1	66,8	1,1
18	Alagoas	610	26,6	67,2	6,2
19	Rio Grande do Norte	656	25,3	70,5	4,2
20	Roraima	96	23,7	73,8	2,5
21	Tocantins	282	22,0	76,3	1,7
22	Mato Grosso do Sul	627	21,8	77,4	0,8
23	Maranhão	1 152	19,4	70,4	10,2
24	Pará	1 462	12,8	80,1	7,0

25	Piauí	555	8,1	83,9	8,0
26	Amapá	161	5,6	81,5	12,9
27	Rondônia	327	5,2	91,8	3,0

Tabela C – Ranking estadual de coleta de lixo

	País/UF	Porcentual de domicílios, por existência de serviço de coleta de lixo (%)		
		Com serviço		Sem serviço (1)
		Coletado diretamente	Coletado indiretamente	
	Brasil	89,4	8,8	1,9
1	Tocantins	98,1	0,2	1,7
2	Mato Grosso do Sul	95,5	3,8	0,7
3	Rio Grande do Norte	95,2	2,9	1,9
4	Amapá	95,0	4,7	0,2
5	Paraná	94,9	4,3	0,8
6	Roraima	94,3	3,1	2,7
7	Santa Catarina	93,6	6,2	0,2
8	São Paulo	93,4	6,3	0,3
9	Mato Grosso	92,3	5,5	2,2
10	Rio Grande do Sul	92,2	7,3	0,5
11	Minas Gerais	92,1	6,4	1,5
12	Goiás	91,9	6,9	1,2
13	Paraíba	91,8	6,7	1,5
14	Rondônia	90,7	3,5	5,8
15	Rio de Janeiro	89,7	9,1	1,2
16	Sergipe	88,9	7,6	3,4
17	Pará	86,2	8,8	5,0
18	Maranhão	85,7	4,3	9,9
19	Acre	85,4	9,8	4,8
20	Amazonas	84,7	11,2	4,2
21	Distrito Federal	84,5	15,3	0,1
22	Espírito Santo	81,8	16,1	2,1
23	Alagoas	80,9	17,6	1,5
24	Pernambuco	80,3	16,1	3,6
25	Ceará	79,4	13,7	6,9
26	Piauí	76,8	8,8	14,4
27	Bahia	73,7	23,8	2,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

(1) Inclusive queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar e outros.

Tabela D – Ranking estadual de acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica

	País/UF	Distribuição percentual por acesso simultâneo a serviços de saneamento e iluminação elétrica (%) (2)					
		Com acesso simultâneo	Sem acesso simultâneo	Serviços ausentes			
				Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Coleta direta de lixo	Iluminação elétrica
	Brasil	61,0	39,0	20,1	80,8	27,3	0,5
1	São Paulo	88,4	11,6	9,3	52,1	56,9	0,6
2	Minas Gerais	82,8	17,2	11,7	60,8	46,1	0,6
3	Distrito Federal	79,1	20,9	11,6	43,3	73,9	0,0
4	Rio de Janeiro	72,2	27,8	40,4	55,5	37,1	0,2
5	Paraná	64,1	35,9	10,0	87,3	14,1	0,6
6	Espírito Santo	61,3	38,7	6,6	64,5	47,1	0,1
7	Rio Grande do Sul	56,7	43,3	14,3	81,9	18,0	0,6

8	Sergipe	53,6	46,4	11,5	92,2	23,8	0,3
9	Santa Catarina	53,5	46,5	17,2	84,9	13,9	0,1
10	Paraíba	48,5	51,5	13,6	89,3	15,9	0,2
11	Pernambuco	46,2	53,8	20,8	80,0	36,7	0,4
12	Bahia	45,0	55,0	10,2	63,3	47,9	0,6
13	Ceará	36,9	63,1	18,8	91,3	32,7	1,1
14	Goiás	33,6	66,4	18,4	90,3	12,1	0,2
15	Mato Grosso	28,0	72,0	19,7	94,3	10,7	0,4
16	Amazonas	27,2	72,8	27,2	92,8	21,0	0,2
17	Acre	25,2	74,8	62,5	73,8	19,6	0,2
18	Rio Grande do Norte	23,9	76,1	8,1	98,2	6,3	0,4
19	Roraima	23,2	76,8	7,0	99,3	7,5	0,0
20	Tocantins	21,9	78,1	9,3	99,8	2,5	1,1
21	Mato Grosso do Sul	20,2	79,8	9,2	98,0	5,6	0,1
22	Maranhão	17,2	82,8	21,5	97,3	17,2	0,3
23	Alagoas	17,2	82,8	16,9	88,7	23,1	0,3
24	Pará	10,0	90,0	54,5	96,9	15,3	0,4
25	Piauí	7,7	92,3	12,5	99,6	25,2	1,3
26	Amapá	5,0	95,0	25,9	99,3	5,2	0,0
27	Rondônia	4,0	96,0	48,7	98,8	9,7	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (elaboração CNM)

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral, lixo coletado diretamente e iluminação elétrica.

Tabela E – Ranking estadual de acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos

		Acesso simultâneo a serviços e posse de bens duráveis em domicílios urbanos (%)		
		Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Por acesso a serviços de iluminação elétrica, telefone fixo, Internet, posse de computador, geladeira, TV em cores e máquina de lavar	Pelo menos um morador com posse de telefone móvel
	Brasil	22,5	19,6	80,3
1	Distrito Federal	39,9	36,7	94,4
2	São Paulo	34,1	29,8	81,1
3	Santa Catarina	33,3	29,5	84,9
4	Rio de Janeiro	31,7	27,8	81,2
5	Paraná	29,0	25,3	82,0
6	Rio Grande do Sul	26,3	22,8	88,3
7	Minas Gerais	19,2	16,8	80,9
8	Espírito Santo	19,2	17,2	84,6
9	Mato Grosso do Sul	14,7	12,8	88,5
10	Amazonas	14,1	10,3	79,9
11	Goiás	13,0	11,1	84,0
12	Mato Grosso	12,4	11,3	84,9
13	Sergipe	10,8	9,3	84,3
14	Bahia	10,1	9,1	72,1
15	Rio Grande do Norte	9,8	8,7	76,1
16	Roraima	9,7	8,3	76,8
17	Pernambuco	9,2	8,0	77,9
18	Acre	8,1	7,4	84,2
19	Rondônia	7,7	6,6	80,9
20	Paraíba	7,5	7,1	73,8
21	Tocantins	7,0	6,5	77,6
22	Pará	6,9	5,4	77,5
23	Amapá	6,9	4,5	70,9
24	Ceará	6,8	6,0	76,1
25	Alagoas	6,3	5,6	68,8
26	Maranhão	5,9	4,6	61,5
27	Piauí	5,1	4,2	68,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

Tabela E – Ranking Estadual de acesso a serviços e bens duráveis

	Proporção, por acesso a alguns serviços (%)			Proporção, por posse de alguns bens duráveis (%)				
	Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	Freezer	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	99,8	50,6	27,5	35,4	95,2	15,6	96,8	46,4
Santa Catarina	100,0	60,0	38,6	48,0	98,9	36,5	97,8	67,9
Distrito Federal	100,0	67,2	47,3	56,1	98,4	23,3	98,6	63,1
Roraima	100,0	26,8	16,2	23,0	95,5	10,2	96,8	47,8
Amapá	100,0	25,2	9,1	16,6	91,6	24,8	98,9	34,9
São Paulo	99,9	67,6	36,2	45,3	98,6	15,3	98,0	64,2
Rio de Janeiro	99,9	65,3	34,1	41,6	98,5	21,2	98,2	63,3
Amazonas	99,9	38,1	14,9	26,2	94,8	19,9	97,6	57,5
Espírito Santo	99,9	50,7	31,6	38,6	97,2	23,1	97,1	38,7
Minas Gerais	99,9	51,3	26,7	35,6	95,7	9,7	96,8	36,4
Mato Grosso do Sul	99,9	38,2	22,2	30,3	96,8	16,6	94,6	33,0
Goiás	99,9	42,0	19,5	27,7	95,7	12,9	95,8	29,7
Sergipe	99,9	29,4	18,4	26,0	92,1	8,0	97,2	23,7
Acre	99,9	27,8	20,0	25,9	95,3	11,0	95,6	22,1
Paraíba	99,9	23,6	14,9	19,0	86,9	6,7	95,5	18,6
Rio Grande do Sul	99,8	(8º) 50,4	(7º) 29,3	(6º) 39,8	(6º) 97,5	(2º) 28,9	(8º) 97,1	(2º) 67,2
Paraná	99,8	58,3	33,8	44,0	97,8	18,1	96,3	58,6
Maranhão	99,8	26,1	10,4	15,3	91,5	9,2	95,6	23,9
Pernambuco	99,8	28,9	15,0	20,5	89,4	8,4	96,0	22,0
Mato Grosso	99,7	35,4	25,4	31,3	96,4	18,8	93,0	34,4
Rio Grande do Norte	99,7	27,4	17,3	25,0	89,6	10,4	96,3	27,7
Pará	99,7	24,5	10,1	17,4	88,1	12,3	94,8	21,5
Bahia	99,7	38,5	18,9	23,8	87,6	8,9	94,4	20,7
Alagoas	99,7	22,9	13,3	17,9	85,4	6,5	94,6	15,4
Rondônia	99,4	32,1	19,6	26,2	96,2	15,3	94,5	31,4
Ceará	99,3	25,0	13,7	18,5	85,3	6,7	95,2	14,5
Tocantins	99,1	29,3	15,0	20,4	92,7	8,8	93,1	16,7
Piauí	98,8	29,3	12,0	17,6	89,6	9,4	95,6	12,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Elaboração CNM)

Tabela F – Ranking estadual de percentual de famílias pobres

	País/UF	% de famílias com rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo
	Brasil	22,6
1	Santa Catarina	9,5
2	São Paulo	10,5
3	Distrito Federal	13,3
4	Rio Grande do Sul	13,5
5	Rio de Janeiro	13,7
6	Paraná	14,2
7	Mato Grosso	18,6
8	Espírito Santo	19,5
9	Minas Gerais	19,6
10	Goiás	20,1
11	Mato Grosso do Sul	20,2
12	Rondônia	26,9
13	Roraima	28,9
14	Amazonas	30,6
15	Acre	30,6

16	Tocantins	30,9
17	Pará	32,4
18	Rio Grande do Norte	34,2
19	Amapá	35,1
20	Bahia	39,2
21	Sergipe	40,0
22	Pernambuco	41,2
23	Piauí	41,8
24	Paraíba	42,1
25	Ceará	44,0
26	Maranhão	45,7
27	Alagoas	47,5

Tabela G – Ranking estadual de percentual de pessoas em estado de pobreza

	País/UF	% de pessoas com rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo
	Brasil	28,7
1	Santa Catarina	12,6
2	São Paulo	13,6
3	Distrito Federal	17,0
4	Rio de Janeiro	17,3
5	Rio Grande do Sul	17,9
6	Paraná	18,2
7	Goiás	22,9
8	Mato Grosso	24,3
9	Mato Grosso do Sul	24,6
10	Minas Gerais	25,6
11	Espírito Santo	25,6
12	Rondônia	33,4
13	Amapá	34,9
14	Roraima	37,6
15	Tocantins	38,1
16	Amazonas	39,5
17	Acre	40,6
18	Rio Grande do Norte	41,2
19	Pará	42,5
20	Sergipe	46,1
21	Bahia	47,3
22	Ceará	49,1
23	Paraíba	49,9
24	Pernambuco	49,9
25	Piauí	51,1
26	Maranhão	53,9
27	Alagoas	56,9

	Total (1 000 pessoas)	Percentual de pessoas segundo rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	De 1/4 até 1/2	De 1/2 até 1	De 1 a 2
Brasil	189 408	10,3	18,4	27,1	22,7
Santa Catarina	6 068	2,1	10,5	25,1	33,7
São Paulo	40 659	2,9	10,7	24,7	30,2
Rio de Janeiro	15 657	4,1	13,2	26,5	25,5
Distrito Federal	2 501	4,3	12,7	21,2	20,7
Paraná	10 577	4,4	13,8	27,4	29,9
Rio Grande do Sul	10 822	4,8	13,1	25,5	30,0
Goiás	5 849	5,7	17,2	32,9	24,1
Mato Grosso	2 996	6,9	17,4	29,8	24,6
Mato Grosso do Sul	2 366	6,9	17,7	31,5	24,1
Espírito Santo	3 438	7,5	18,1	29,2	24,6
Minas Gerais	19 835	7,7	17,9	30,3	24,5
Amapá	626	8,7	26,2	36,2	19,2
Rondônia	1 516	11,1	22,3	30,1	21,2
Roraima	419	12,6	25,0	27,9	18,7
Tocantins	1 294	13,2	24,9	30,9	17,1
Pará	7 352	15,4	27,1	28,3	15,8
Amazonas	3 388	16,2	23,3	27,6	17,8
Acre	691	17,1	23,5	27,1	16,1
Rio Grande do Norte	3 147	17,4	23,8	29,2	16,3
Sergipe	2 025	19,4	26,7	26,4	15,3
Bahia	14 525	20,7	26,6	26,5	13,2
Paraíba	3 785	21,5	28,4	27,3	11,9
Ceará	8 439	21,8	27,3	28,3	12,5
Pernambuco	8 731	22,0	27,9	25,8	12,4
Maranhão	6 389	24,4	29,5	27,8	10,2
Piauí	3 145	24,6	26,5	26,7	11,8
Alagoas	3 167	29,7	27,2	24,6	9,5

	Rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> das famílias com rendimento					
	R\$			Salário mínimo		
	10% mais pobres (A)	40% mais pobres (B)	10% mais ricos (C)	10% mais pobres	40% mais pobres	10% mais ricos
Brasil	77,37	188,40	3 160,36	0,19	0,45	7,62
Rio Grande do Sul	119,97	265,61	3 456,72	0,29	0,64	8,33

Tabela H – Ranking estadual de famílias unipessoais

	País/UF	Unipessoais		
		Total	Sexo da pessoa de referência da família (%)	
			Homens	Mulheres
	Brasil	11,6%	49,1	50,9
1	<i>Rio de Janeiro</i>	14,5%	40,8	59,2
2	Rio Grande do Sul	14,4%	47,9	52,1
3	<i>Goiás</i>	13,2%	54,6	45,4
4	<i>Distrito Federal</i>	13,2%	45,8	54,2
5	<i>Minas Gerais</i>	12,5%	51,5	48,5
6	<i>Bahia</i>	12,0%	58,6	41,4
7	<i>Mato Grosso do Sul</i>	12,0%	54,3	45,7
8	<i>São Paulo</i>	11,8%	43,2	56,8
9	<i>Mato Grosso</i>	11,4%	66,1	33,9
10	<i>Santa Catarina</i>	11,4%	42,4	57,6
11	<i>Paraná</i>	11,4%	45,1	54,9
12	<i>Rondônia</i>	11,4%	61,9	38,1
13	<i>Tocantins</i>	11,2%	70,1	29,9
14	<i>Pernambuco</i>	10,9%	49,7	50,3
15	<i>Espírito Santo</i>	10,7%	51,6	48,4
16	<i>Alagoas</i>	10,4%	52,0	48,0
17	<i>Paraíba</i>	10,0%	50,9	49,1
18	<i>Roraima</i>	9,9%	74,9	25,1
19	<i>Ceará</i>	9,2%	51,3	48,7
20	<i>Acre</i>	9,1%	62,5	37,5
21	<i>Pará</i>	8,7%	65,8	34,2
22	<i>Rio Grande do Norte</i>	8,6%	51,7	48,3
23	<i>Sergipe</i>	8,6%	46,3	53,7
24	<i>Piauí</i>	8,5%	48,3	51,7
25	<i>Amazonas</i>	7,6%	73,2	26,8
26	<i>Maranhão</i>	7,3%	52,7	47,3
27	<i>Amapá</i>	6,4%	73,8	26,2

Tabela I – Taxas Fecundidade, Natalidade, Mortalidades e Esperança de Vida

	Taxa de fecundidade total	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)	Esperança de vida ao nascer (anos)		
					Total	Homens	Mulheres
Brasil	1,89	16,15	6,22	23,59	73,0	69,3	76,8
Alagoas	2,63	23,71	7,11	48,20	67,2	63,3	71,3
Maranhão	2,67	21,16	6,54	37,90	68,0	64,2	72,1
Pernambuco	2,21	17,67	7,38	37,10	68,7	65,3	72,3
Paraíba	2,73	17,69	7,36	36,50	69,4	66,0	73,0
Rio Grande do Norte	1,91	18,29	6,54	33,50	70,8	67,0	74,8
Sergipe	2,28	20,90	5,94	32,60	71,3	68,0	74,8
Bahia	1,86	19,29	6,12	32,40	72,3	69,1	75,6
Acre	2,91	24,52	5,02	29,80	71,7	69,1	74,4
Ceará	2,13	18,38	6,46	28,60	70,6	66,4	75,1
Piauí	2,20	20,43	6,33	27,20	69,3	66,3	72,5
Tocantins	2,07	19,06	5,50	26,40	71,6	69,3	73,9
Amazonas	2,57	20,67	4,47	25,10	71,9	68,9	75,0
Pará	2,40	19,42	4,87	23,70	72,2	69,3	75,3
Amapá	2,69	28,29	4,83	23,20	70,7	66,9	74,7
Rondônia	1,89	18,89	5,14	23,00	71,5	68,8	74,4
Mato Grosso	2,13	17,81	5,16	19,80	73,4	69,8	77,1
Minas Gerais	1,84	15,56	6,09	19,70	74,9	71,5	78,4
Goiás	1,85	15,81	5,54	18,90	73,6	70,4	77,0
Rio de Janeiro	1,54	12,80	7,35	18,90	73,4	69,1	77,9

Roraima	2,32	29,16	4,90	18,60	70,3	67,8	72,8
Espírito Santo	1,72	16,88	5,94	18,30	74,0	70,4	77,7
Paraná	1,69	13,43	5,92	17,90	74,4	71,3	77,6
Mato Grosso do Sul	2,00	17,31	5,74	17,40	74,0	70,8	77,4
Distrito Federal	1,77	17,72	4,33	16,30	75,6	71,9	79,4
Santa Catarina	1,95	12,99	5,50	15,50	75,5	72,3	78,9
São Paulo	1,57	13,87	6,24	15,00	74,5	70,4	78,8
Rio Grande do Sul	1,84	12,02	6,78	13,10	75,3	71,6	79,0

Brasília, 29 de outubro de 2009.

Confederação Nacional de Municípios

Área de Estudos Técnicos

